

Madeira alerta para impactos da transição ecológica

Em Bruxelas, Jorge Carvalho insistiu na realização de estudos de avaliação de impacto prévios à implementação das medidas nas RUP

JOÃO FILIPE PESTANA
jffestana@dnoticias.pt

“A transição ecológica e digital, em curso, deverá ser encarada como uma oportunidade para uma maior integração das Regiões Ultraperiféricas (RUP) no espaço europeu, e não o contrário”. As palavras, sob a forma de alerta, são de Jorge Carvalho, e foram proferidas, ontem, no arranque da XXVII Conferência de Presidentes das RUP da União Europeia (UE), onde participa o secretário regio-

nal de Educação, Ciência e Tecnologia, Jorge Carvalho, em representação do presidente do Governo Regional, Miguel Albuquerque.

Em Bruxelas, o governante fez uma intervenção em defesa das RUP em geral e da Madeira em particular.

“Temos de estar atentos aos riscos que a transição ecológica pode implicar para as nossas Regiões”, disse, concretizando o alerta: “O pacote legislativo denominado ‘Objectivo 55’ que dará cumprimento aos compromissos assumidos na Lei Europeia do Clima, influiu em matérias diversas como alterações climáticas, energia, uso do solo, transportes e fiscalidade, terá um grande impacto nas nossas regiões. Temos de continuar a pedir, com insistência, à Comissão, derrogações e a realização de estudos de avaliação de impacto prévios à implementação das medidas nas RUP”.

Jorge Carvalho explica as preocupações de forma clara e directa: “Este pacote, tal como proposto, determinará um agravamento do custo dos transportes e das respectivas infra-estruturas, bem como o esforço que implicará a conversão de fontes energéticas. Teme-se um efeito negativo muito significativo na competitividade das RUP”.

E vai buscar a questão do impacto global da guerra em curso: “Tendo a consciência de que a guerra na Ucrânia abrange toda a União Europeia, devemos estar atentos às consequências nas nossas regiões



Jorge Carvalho representa a Madeira na Conferência que continua hoje.

face às vulnerabilidades existentes, nomeadamente no que se refere aos preços da energia e à acessibilidade. Como sabem, quase tudo nas RUP depende de transportes aéreos e marítimos fiáveis e a preços

acessíveis, nomeadamente a mobilidade das populações e o abastecimento de bens essenciais”.

E o representante da Madeira deixa um sério aviso para todos: “A crise energética poderá somar-se

uma crise alimentar que nas RUP poderá também assumir uma dimensão muito grande face ao elevado grau de dependência que temos do exterior. Existe uma clara necessidade de aumentar a resiliência das RUP ao nível energético e alimentar”.

Conforme salienta, a mobilidade é um dos meios fundamentais para a superação dos constrangimentos naturais das RUP e nesta área é necessária uma “atenção muito especial”. E lembra que as RUP padecem de um défice estrutural de competitividade, dependendo de poucas atividades económicas.

Por isso há algo que é também vital na perspectiva da Madeira: “Neste sentido, sublinhamos a importância da Política de Concorrência para minorar os défices de competitividade das RUP e, concretamente, de dispositivos fiscais e aduaneiros adaptados às especificidades ultraperiféricas como a Zona Franca da Madeira. Pelo que devemos lutar para que tais dispositivos sejam mantidos sob pena de uma grave penalização na economia das RUP”.

O governante entende que também é importante reafirmar a importância económica e social dos sectores da agricultura, florestas e das pescas, tendo presente neste particular a necessidade de reforço futuro da dotação do programa POSEI e da já muito antiga reivindicação, “nunca atendida” do financiamento da renovação da frota pesqueira das RUP.

“EXISTE UM PERIGO REAL DE DILUIÇÃO DO CONCEITO RUP”

■ Começando a sua intervenção por felicitar o presidente Serge Letchimy, e a sua equipa da Colectividade Territorial da Martinica, pela realização da 27.ª Conferência dos Presidentes das Regiões Ultraperiféricas, Jorge Carvalho disse que esta ida a Bruxelas permite estar mais próximo de um conjunto de entidades e instituições cujo apoio é fundamental para a defesa das causas das RUP, sendo um exemplo dessa importância o Parlamento Europeu.

“Estes encontros são realmente muito importantes para concertarmos posições e afirmarmos as Regiões que representamos”, diz o governante, salientando que esse trabalho tem dado frutos. “No âmbito da Presidência da Martinica

temos de sublinhar a eficaz articulação com a presidência francesa, que teve lugar no primeiro semestre deste ano. Nesta sede destaca a elaboração do Documento Comum Regiões Ultraperiféricas/França Espanha e Portugal, aprovado no mês de Janeiro e as conclusões do Conselho da União Europeia, aprovadas no mês de Junho, sobre a Comunicação da Comissão com a Nova Estratégia para as RUP. (...) Já tivemos oportunidade de dizer que a Comunicação da Comissão não aborda todas as problemáticas com que as RUP se vêm confrontadas. Foram esquecidas áreas importantes como o impacto do pacote legislativo objectivo 55, as possibilidades de apoio futuro à renovação da

frota pesqueira, perspectivas de um reforço futuro do POSEI, soluções para os transportes, assim como políticas que nos permitam de uma forma sustentada diversificar a economia e criar resiliência para enfrentar crises futuras. No entanto existe o compromisso expresso, efectuado pela Comissão, de que a Comunicação é apenas o início de um caminho de procura conjunta de soluções para as RUP”, disse. Depois de abordar uma série de ameaças que pendem sobre as RUP (leia mais no texto principal), o governante madeirense deixou um pedido: “Por fim, volto a falar da importância da defesa do Estatuto da Ultraperiferia e da sua diferenciação face a outras realidades territoriais euro-

peias que, cada vez mais, tentam apropriar-se das disposições estabelecidas para as RUP. Não se pode querer comparar aquilo que não é comparável. Estão em curso diversas iniciativas tendo em vista afirmar o Pacto das Ilhas reivindicando para estas um estatuto especial que se equipare ao Estatuto da Ultraperiferia. Temos de estar muito atentos a estas movimentações. Existem centenas de Ilhas na União Europeia. A insularidade requer certamente uma atenção particular. (...) Existe um perigo real de diluição do conceito RUP. Neste sentido, devemos acompanhar todas as iniciativas que possam vir a ter implicações no desenho institucional da UE”. Terminou deixando uma mensagem de

optimismo, convicto que esta Conferência de Presidentes, em Bruxelas, dará os seus frutos: “Reforçamos os laços com o Parlamento Europeu, aprofundamos as relações de parceria com a Comissão Europeia e consolidamos a nossa acção de ‘lobbying’ junto do Conselho. O Conselho com a aprovação, em Junho, das conclusões relativas à Comunicação da Comissão para as RUP, já deu sinal de estar a compreender bem a realidade ultraperiférica. Sejam optimistas e deixemos a convicção do sucesso nos levar rumo a um porto seguro. Rumo a um crescimento sustentável, tecnológico, coeso e que permita às nossas populações ultrapassarem as dificuldades com que se vêm confrontadas”.